

Algumas Considerações Metodológicas sobre História

“Freqüentemente, o historiador, por desprezo pela teoria, é joguete inconsciente de teorias implícitas e simplistas” – Jacques Le Goff, *Para um Novo Conceito de Idade Média*, Lisboa: Editorial Estampa, 1980, p. 15.

“Há tantos tipos de história quantas razões sérias para estar interessado no passado, e tantas diferentes técnicas de pesquisa histórica quantos métodos racionais de seguir esses interesses” – Quentin Skinner, *Liberdade antes do Liberalismo*, São Paulo: Editora UNESP/Cambridge University Press, 1999, p. 88.

“Estude o historiador antes de começar a estudar os fatos” – Edward Hallet Carr, *O que é história?*, 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996 (7ª reimpressão), p. 59.

Introdução:

Quando empregamos a palavra “história” em geral pensamos em um dos três sentidos: a) Um acontecimento; b) O relato de algo que aconteceu (considerado verdadeiro ou mesmo fictício); ou c) A ciência que se propõe a relatar o acontecido. Seguindo Huizinga (1872-1945), podemos afirmar que o segundo emprego no sentido positivo é o mais comumente utilizado.¹

A nossa palavra portuguesa "História", é proveniente do grego ἱστορία, ("historía") que significa: "busca", "averiguação", "informação", "inquirição", "investigação", "narração", "pesquisa".² O verbo ἱστορέω ("historéō")³ significa: "narrar", "aprender por inquirição", "interrogar", "buscar", "descrever". Em Hipócrates (c. 460-

¹ Cf. Johan Huizinga, *El Concepto de la Historia y Otros Ensayos*, 4ª reimpresión, México: Fondo de Cultura Económica, 1994, p. 89.

² Heráclito, *Fragmentos*, 129. In: Damião Berge, *O Logos Heraclítico: Introdução ao Estudo dos Fragmentos*, Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969, p. 296; Johan Huizinga, *El Concepto de la Historia y Otros Ensayos*, p. 89-90.

³ Ocorre uma vez no NT., sendo traduzido por “avistar” (Gl 1.18).

380 a.C.) significa, "dar testemunho a".⁴ "História" é derivado de, "sábio", "conhecedor". Ἱστωρ ("Hístōr"), por sua vez é do mesmo radical de οἶδα (= "eu sei").⁵ Portanto, o "historiador" (Ἱστωρ), é aquele "que sabe",⁶ "conhece e faz valer esse conhecimento", é um "conhecedor da lei", "juiz".

Jacques Le Goff, oferece-nos mais detalhes a respeito destas palavras:

"A palavra 'história' (...) vem do grego antigo *historie*, em dialeto jônico. Esta forma derivada da raiz indo-européia *wid-, weid*, 'ver'. Daí o sânscrito *vettas* 'testemunha' e o grego *histor* 'testemunha' no sentido de 'aquele que vê'. Esta concepção da visão como fonte essencial de conhecimento leva-nos à idéia que *histor* 'aquele que vê' é também aquele que sabe; *historein* em grego antigo é 'procurar saber', 'informar-se'. *Historie* significa pois 'procurar'. É este o sentido da palavra em Heródoto, no início das suas *Histórias*, que são 'investigações', 'procuras'.⁷

Platão (427-347 a.C.), utilizou a palavra "História" como o processo de conhecimento, exame;⁸ empregando-a também de forma espirituosa.⁹ No *Fédon*, Platão apresenta a palavra com o sentido de "conhecimento".¹⁰ Em Aristóteles (384-322 a.C.) o termo denotava uma "informação adquirida mediante busca".¹¹

Ainda que não possamos afirmar com certeza quando a palavra "História" passou a designar a ciência histórica, encontramos os seus indícios em Heródoto (c. 484-420 a.C.)¹² e Aristóteles (384-322 a.C.), que considera a obra de Heródoto como "História".¹³

Aristóteles (384-322 a.C.) estabelecendo uma distinção entre o trabalho do poeta e do historiador diz:

⁴ Cf. Herman M.F. Büschel, Ἱστορέω: In: Gerhard Kittel & G. Friedrich, eds. *Theological Dictionary of the New Testament*, Grand Rapids, Michigan: Eerdmans, 1982 (Reprinted), Vol. III, p. 391. (Doravante citado como *TDNT*).

⁵ Cf. Historia: In: J. Corominas, *Diccionario Crítico Etimológico de la Lengua Castellana*, Madrid: Editorial Gredos, 1954, Vol. 2, p. 926.

⁶ Jean Glénisson, *Iniciação aos Estudos Históricos*, 2ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1977, p. 13.

⁷ Jacques Le Goff, *História e Memória*, 3ª ed. Campinas, SP.: Editora da UNICAMP, 1994, p. 17.

⁸ Platão, *Fédon*, 96a.

⁹ Platão, *Crátilo*, 437b.

¹⁰ Platão, *Fédon*, 244c.

¹¹ Cf. Historia: In: José Ferrater Mora, *Diccionario de Filosofía*, 5ª ed. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1969, Vol. I, p. 849.

¹² Vd. Heródoto, *História*, I.1; II.19, 34, 99, 118, 119; VII.96.

¹³ Cf. Aristóteles, *Poética*, São Paulo: Abril Cultural, (Os Pensadores, Vol. IV), 1973, IX, 1451b; Vd. também, Aristóteles, *Arte Retórica*, I.4.8. (Vd. Herman M.F. Büschel, Ἱστορέω: In: *TDNT.*, III, p. 392-393).

"... Não é ofício de poeta narrar o que aconteceu; é, sim, o de representar o que poderia acontecer, quer dizer: o que é possível segundo a verossimilhança e a necessidade. Com efeito, não diferem o historiador e o poeta por escreverem verso ou prosa (pois que bem poderiam ser postos em verso as obras de Heródoto, e nem por isso deixariam de ser história, se fossem em verso o que eram em prosa) – diferem, sim, em que diz um as coisas que sucederam, e outro as que poderiam suceder. Por isso a poesia é algo de mais filosófico e mais sério do que a história, pois refere a aquela principalmente o universal, e esta o particular".¹⁴

O trabalho do poeta pode ser mais fascinante, no entanto, a realidade não se constrói do que poderia ter sido, mas sim do que acontece, portanto, precisamos trabalhar com os fatos ou com aquilo que dos "fatos"¹⁵ nos chegam às mãos...

1. O Divino e o Humano na História:

A História da Igreja, bem como da Teologia, tem um lado *divino*: Deus dirige a História e, um lado *humano*: os fatos compartilhados por todos nós que a vivemos. Os atos de Deus na História não são objeto de análise do historiador; não somos Lucas, inspirados infalivelmente por Deus, apresentando uma interpretação inspirada. A relação entre a história e a teologia é extremamente complexa e de difícil interpretação.¹⁶ Somos homens comuns, que procuramos estabelecer métodos, examinar documentos, fazer-lhes perguntas e interpretá-los a bem da melhor compreensão possível do que aconteceu. Neste sentido, a História é uma ciência social "cujo objeto é o conhecimento do processo de transformação da sociedade ao longo do tempo".¹⁷ Ela tem como pressuposto, a consciência de determinada ignorância – aliás, a consciência da ignorância é um requisito fundamental para o historiador –, para a qual buscaremos uma solução.¹⁸

Contudo, não captamos o fato absolutamente; ele, como "conhecimento autêntico e seguro", sempre nos escapa;¹⁹ compreendemos sim as versões, as nossas versões dos fatos que, julgamos serem coerentes com eles. No entanto, há uma interação mutativa: as *evidências* interferem em nossa cosmovisão e esta, por sua vez, fornece-nos novos cânones – provisórios é verdade –, de aproximação das mesmas evidências que, agora, podem já não ser consideradas evidências.

¹⁴ Aristóteles, *Poética*, IX, 1451b. p. 451.

¹⁵ Voltaire (1694-1778) disse que "A História é a narração dos fatos considerados verdadeiros" (História: In: Voltaire, *Dicionário Filosófico*, São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Os Pensadores, XXIII), p. 209. (grifo meu).

¹⁶ Ver: Michel De Certeau, *A Escrita da História*, 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, p. 33ss.

¹⁷ Nelson W. Sodré, *Forma o Histórica do Brasil*, São Paulo: Brasiliense, (1962), p. 3.

¹⁸ Vd. R.G. Collingwood, *A Idéia de História*, Lisboa: Editorial Presença, (s.d.), p. 21.

¹⁹ "O homem sente necessidade absoluta de chegar ao conhecimento autêntico do que verdadeiramente aconteceu, ainda que tenha consciência da pobreza dos meios de que para isso dispõe" (Johan Huizinga, *El Concepto de la Historia y Otros Ensayos*, p. 92).

O estudo do passado, se devidamente compreendido, ainda que não exaustivamente, pode nos levar a reavaliar as nossas próprias suposições que, em muitos casos, são “crenças correntes”²⁰ já tão bem estabelecidas que julgávamos acima de qualquer “suspeita”. O grande historiador contemporâneo Georges Duby (1919-1996), colocou isto de forma bela e ao mesmo tempo angustiante: “Todo historiador se extenua para conseguir a verdade; essa presa escapa-lhe sempre”.²¹

A História da Igreja, por exemplo, é uma ciência que não está atrelada a nenhuma ciência em particular. Como ciência histórica, deve apresentar um quadro histórico e cronológico dos principais fatos da vida da Igreja do período analisado. Para que isso seja feito com clareza, tornam-se necessárias fontes documentais, nas quais possamos nos basear para exaurir as informações de cada época, a fim de formular um quadro interpretativo coerente com os documentos disponíveis.

2. Documentos e Interpretações:

No início de sua obra, Tucídides (c. 465- c. 395 a.C.), o “pai da história científica”, adverte aos seus leitores quanto à seriedade e objetivo de sua história:

“Pode acontecer que a ausência do fabuloso em minha narrativa pareça menos agradável ao ouvido, mas quem quer que deseje ter uma idéia clara tanto dos eventos ocorridos quanto daqueles que algum dia voltarão a ocorrer em circunstâncias idênticas ou semelhantes em consequência de seu conteúdo humano, julgará a minha história útil e isto me bastará. Na verdade, ela foi feita para ser um patrimônio sempre útil, e não uma composição a ser ouvida apenas no momento da competição por algum prêmio”.²²

O historiador assemelha-se a um arqueólogo²³ que se envolve existencialmente²⁴ com o passado, buscando por meio dos documentos, compreender²⁵ o sentido do

²⁰ Vd. Quentin Skinner, *Liberdade antes do Liberalismo*, São Paulo: Editora UNESP/Cambridge, 1999, p. 90.

²¹ Georges Duby, O Prazer do Historiador: In: Pierre Nora, et. al. *Ensaio de Ego-História*, Lisboa: Edições 70, (1989), p. 110.

²² Tucídides, *História da Guerra do Peloponeso*, Brasília, DF.: Editora Universidade de Brasília, 1982, Livro I, Caps. 22.

²³ Posteriormente, encontrei essa expressão em Skinner, que afirma: “Um papel correspondente para o historiador do pensamento é o de agir como um tipo de arqueólogo, trazendo de volta para a superfície tesouros intelectuais enterrados, limpando sua poeira e possibilitando-nos reconsiderar o que pensamos dele” (Quentin Skinner, *Liberdade antes do Liberalismo*, p. 90).

²⁴ “A história é uma aventura espiritual em que se compromete toda a personalidade do historiador. Para tudo dizer numa palavra, ela é dotada, para ele, de um valor existencial, é daí que recebe a sua seriedade, a sua significação e o seu valor” [H.I. Marrou, *Do Conhecimento Histórico*, 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, (s.d.), p. 183].

²⁵ “Uma palavra, para resumir, domina e ilumina nossos estudos: ‘compreender’. Não digamos que o historiador é alheio às paixões; ao menos, ele tem esta. Palavra, não dissimule-

vivido, acontecido, sabendo, contudo, que os fatos nunca lhe parecerão como foram percebidos pelos contemporâneos.²⁶ Acontece que esta busca comprometida, passa por uma seleção²⁷ e interpretação²⁸ – e estas são ditadas em grande parte pelo critério de “importância”, que, diga-se de passagem, varia extremamente de cultura para cultura e, também, dentro de cada período histórico –; por isso que ao historiador não cabe apenas recontar – considerando que a precisão do “acontecido” deve ser uma obrigação –,²⁹ mas interpretar, dar forma,³⁰ analisar, julgar, conjecturar,³¹ emitir o seu juízo de valor, tentando pôr-se no lugar dos personagens, esforçando-se por entender a sua forma de pensar³² e, conseqüentemente, de ver o mundo.³³ Daí a re-

mos, carregada de dificuldades, mas também de esperanças. Palavra, sobretudo, carregada de benevolência. É cômodo gritar ‘à força’. Jamais compreendemos o bastante” [Marc Bloch, *Apologia da História, ou, O Ofício de Historiador*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p. 128].

²⁶ Ariès relembra uma história contada por Lucien Febvre a respeito do Rei Francisco I de França que após passar uma noite nos braços da amante, voltando para o seu castelo ouve um sino na igreja. Emocionado, entrou na igreja para assistir a missa e orar devotamente. Relembra outro caso a respeito de Margarida de Navarra, irmã de Francisco I, que escrevia uma coletânea de textos licenciosos (*Heptamerão*) e outra coletânea de poemas espirituais (*O Espelho de uma Alma Pecadora*), “sem escrúpulos exagerados”. Ariès conclui: “Certas coisas, portanto, eram concebíveis, aceitáveis, em determinada época, em determinada cultura, e deixavam de sê-lo em outra época e numa outra cultura. O fato de não podermos mais nos comportar hoje com a mesma boa-fé e a mesma naturalidade de nossos dois príncipes do século XVI, nas mesmas situações, indica precisamente que interveio entre elas e nós uma mudança de mentalidade. Não é que não tenhamos mais os mesmos valores, mas que os reflexos elementares não são mais os mesmos” (Philippe Ariès, *A História das Mentalidades*: In: Jacques Le Goff, ed. *A História Nova*, 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001 (2ª tiragem), p. 154). *Inter alia* Lucien Febvre, *O Problema da Descrença no Século XVI*, Lisboa: Editorial Início, 1970, p. 118ss.

²⁷ Carr acentua que “o historiador é necessariamente um selecionador” (Edward Hallet Carr, *O que é história?*, 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996 (7ª reimpressão), p. 48). Marc Bloch: “Assim como todo cientista, como todo cérebro que, simplesmente, percebe, o historiador escolhe e tria. Em uma palavra analisa” [Marc Bloch, *Apologia da História, ou, O Ofício de Historiador*, p. 128]. Mais recentemente, Paul Johnson: “Composto de acontecimentos pequenos e grandes que se furtam a uma avaliação precisa, o passado é infinitamente complicado. Para obter dele um sentido, o historiador precisa selecionar, simplificar e dar forma” (Paul Johnson, *O Renascimento*, Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, p. 11).

²⁸ “De um modo geral, o historiador conseguirá o tipo de fatos que ele quer. História significa interpretação” (Edward H. Carr, *O que é história?*, p. 59).

²⁹ “A história nunca é o simples recontar do passado como realmente foi. É, inevitavelmente, uma interpretação do passado, uma visão retrospectiva do passado limitada tanto pelas fontes em si quanto pelo historiador que as seleciona e interpreta” (Timothy George, *Teologia dos Reformadores*, São Paulo: Vida Nova, 1994, p. 17).

³⁰ Ver: Johan Huizinga, *El Concepto de la Historia y Otros Ensayos*, p. 92.

³¹ “O historiador é comparável ao médico, que utiliza os quadros nosográficos para analisar o mal específico de cada doente. E, como o do médico, o conhecimento histórico é indireto, indiciário, conjetural” (Carlos Ginzburg, *Mitos, Emblemas, Sinais: morfologia e história*, São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 150).

³² “A história não pode ser escrita a menos que o historiador possa atingir algum tipo de contato com a mente daqueles sobre quem está escrevendo” (Edward H. Carr, *O que é história?*, p. 60).

³³ “O trabalho do historiador não consiste nem em rejeitar o passado nem em idealizá-lo, mas em compreendê-lo” (Evaldo Cabral de Mello, entrevista à *Folha de São Paulo*: 31/03/96, p. 5. Caderno “*Mais!*”).

levância do “esquecimento” neste processo: “Quando nos aproximamos de um pensamento que não é o nosso se torna importante tentar esquecer aquilo que sabemos ou pensamos saber”.³⁴ Para que possamos “atualizar” a história é necessário assimilar de forma compreensiva o modo de pensar, de raciocinar e de perceber a realidade daqueles a quem estudamos. Deste modo a história adquire sempre um sentido de contemporaneidade, já que o passado é visto pela ótica do presente dentro de uma perspectiva de interesse atual.³⁵ Portanto, o historiador é sempre um ser ativo em sua relação epistemológica com o “fato” conhecido e consigo mesmo – com seus métodos e percepção; deste modo, a simples existência desse fato, determina um grau imprescindível de subjetividade.³⁶ A ciência, seja ela qual for, não ocorre num vácuo asséptico conceitual quer seja religioso, quer filosófico, quer cultural.³⁷ A nossa percepção e ação fundamentam-se em nossos pressupostos os quais são reforçados, transformados, lapidados ou abandonados em prol de outros, conforme a nossa percepção dos “fatos”. A questão epistemológica antecede à práxis. Como escreveu Burke: “Por mais que lutemos arduamente para evitar os preconceitos associados à cor, credo, classe ou sexo, não podemos evitar olhar o passado de um ponto de vista particular. O relativismo cultural obviamente se aplica, tanto à própria escrita da história, quanto a seus chamados objetos. Nossas mentes não refletem diretamente a realidade. Só percebemos o mundo através de uma estrutura de convenções, esquemas e estereótipos, um entrelaçamento que varia de uma cultura para outra”.³⁸ Somos, de certo modo, “domesticadores” do real por meio de nossa apropriação interpretativa a qual segue sempre a lógica de nossa perspectiva que é decorrente de nossa posição no mundo.³⁹ Ou como expressou De Certeau (1925-1986): “Ainda que isto seja uma redundância é necessário lembrar que uma leitura do passado, por mais controlada que seja pela análise dos documentos, é sempre dirigida por uma leitura do presente. Com efeito, tanto uma quanto a outra se organizam em função de problemáticas impostas por uma situação”.⁴⁰ Consciente disso, o historiador deve ter como princípio orientador, a não paixão sem

³⁴ Paolo Rossi, *O Nascimento da Ciência Moderna na Europa*, Bauru, SP.: EDUSC, 2001, p. 29.

³⁵ “Para que escrever a história, se não for para ajudar seus contemporâneos a ter confiança em seu futuro e a abordar com mais recursos as dificuldades que eles encontram cotidianamente? O historiador, por conseguinte, tem o dever de não se fechar no passado e de refletir assiduamente sobre os problemas de seu tempo” [Georges Duby, *Ano 1000, ano 2000, na pista de nossos medos*, São Paulo: Editora UNESP./Imprensa Oficial do Estado, 1999, p. 9].

³⁶ Vd. Adam Schaff, *História e Verdade*, 6ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995, p. 280ss. “É preciso admitir que o conhecimento objetivo só pode ser um amálgama do que é objetivo e do que é subjetivo, dado que o conhecimento é sempre obra de um sujeito; mas é preciso também admitir que o progresso no conhecimento e a evolução do saber adquiridos graças a ele só são possíveis se transpondo as formas concretas, sempre diferentes, do fator subjetivo” (Adam Schaff, *História e Verdade*, p. 294-295).

³⁷ Nancy R. Pearcey & Charles B. Thaxton, *A Alma da Ciência*, São Paulo: Cultura Cristã, 2005, p. 9-12; 294.

³⁸ Peter Burke, Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro: In: Peter Burke, org. *A Escrita da História: novas perspectivas*, São Paulo: UNESP., 1992, p. 15.

³⁹ Ver: Peter Burke, *As Fortunas d’O Cortesão: a recepção europeia a O cortesão de Castiglione*, São Paulo: Editora da UNESP., 1997, p. 14.

⁴⁰ Michel De Certeau, *A Escrita da História*, p. 34.

medida, que o conduziria fatalmente a um bloqueio intelectual e à assunção de determinadas conclusões gratuitamente.⁴¹ Por outro lado, esta consciência não nos pode conduzir ao caminho “fácil” do ceticismo, pois aí, teríamos o caos petrificado que, seria por um lado a fuga do problema com o qual temos que conviver e superar, e por outro, o aniquilamento de qualquer tentativa honesta e científica de superação. Um esforço honesto e positivo, é-nos fornecido por Adam Schaff:

“Um dos poderosos motores da autocrítica científica, que deveria caracterizar em permanência a obra do cientista e ser a garantia da sua vitalidade, é a consciência do condicionamento social e das limitações subjetivas do conhecimento; consciência que, sensível em primeiro lugar sob a sua forma teórica geral, conduz em seguida o cientista a pôr em questão a sua própria obra, a uma reflexão mais sistemática sobre o condicionamento social das suas próprias posições, sobre os limites e as deformações eventuais dos seus próprios pontos de vista sob o efeito do fator subjetivo”.⁴²

Como se pode depreender também, o historiador necessitará sempre de documentos. A história faz-se com documentos e com o uso que fazemos deles.⁴³ O historiador e os fatos mantêm uma relação de compromisso e identidade: Eles são o que são enquanto o são para o outro. Há aqui um condicionamento recíproco entre o sujeito e o objeto. Carr observa que “o historiador não é um escravo humilde nem um senhor tirânico de seus fatos. A relação entre o historiador e seus fatos é de igualdade e de reciprocidade. Como qualquer historiador ativo sabe, se ele pára para avaliar o que está fazendo enquanto pensa e escreve, o historiador entra num processo contínuo de moldar seus fatos segundo sua interpretação e sua interpretação segundo seus fatos. É impossível determinar a primazia de um sobre o outro. (...) O historiador e os fatos históricos são

⁴¹ “Obviamente o historiador, como qualquer outro indivíduo, tem suas próprias tendências ideológicas e como não é possível não tê-las, o aconselhável é tratar de submetê-las a uma vigilância permanente” (Evaldo Cabral de Mello, entrevista à *Folha de São Paulo*: 31/03/96, p. 5. Caderno “*Mais!*”). Veja-se especialmente: Tucídides, *História da Guerra do Peloponeso*, Brasília, DF.: Editora Universidade de Brasília, 1982, Livro I, Caps. 21.

⁴² Adam Schaff, *História e Verdade*, p. 293.

⁴³ “O historiador não é esse nigromante que nós imaginávamos, capaz de evocar a sombra do passado por meio de processos encantatórios. Não podemos alcançar o passado diretamente, mas só através dos traços, inteligíveis para nós, que deixou atrás dele, na medida em que estes traços subsistiram, em que nós os encontramos e em que somos capazes de os interpretar” (H.I. Marrou, *Do Conhecimento Histórico*, p. 61). Li posteriormente: “Os fatos, mesmo se encontrados em documentos, ou não, ainda têm de ser processados pelo historiador antes que se possa fazer uso deles: o uso que se faz deles é, se me permitirem colocar dessa forma, o processo do processamento” (Edward H. Carr, *O que é história?*, p. 52). À frente: “Naturalmente, os fatos e os documentos são essenciais ao historiador. Mas que não se tornem fetiches. Eles por si mesmos não constituem a história” (Edward H. Carr, *O que é história?*, p. 55). Do mesmo modo, Le Goff: “A história faz-se com documentos e idéias, com fontes e com imaginação” (Jacques Le Goff, *Para um Novo Conceito de Idade Média*, Lisboa: Editorial Estampa, 1980, p. 9). “Nenhuma ciência seria capaz de prescindir da abstração. Tampouco, aliás, da imaginação” [Marc Bloch, *Apologia da História, ou, O Ofício de Historiador*, p. 130]. Por documento é necessário que entendamos não apenas os textos escritos; daí a necessidade da interdisciplinaridade na tentativa de compreender a história...

necessários um ao outro. O historiador sem seus fatos não tem raízes e é inútil; os fatos sem seu historiador são mortos e sem significado".⁴⁴ Isto revela por um lado, a necessidade de cautela na elaboração de nossos juízos históricos, que, especialmente na juventude, tendem a ser tão dogmáticos e conclusivos⁴⁵ e, por outro lado, mostra os limites do historiador: não dispomos de tudo que precisaríamos ou gostaríamos, não conseguimos captar toda a extensão do que dispomos, não temos todas as perguntas, não encontramos todas as respostas... Somos finitos, limitados, tentando entender e sistematizar os fragmentos com os quais nos deparamos e, muitas vezes, faltam-nos mais pedaços do que de fato os temos... "O historiador deve lembrar-se a tempo que é um simples homem e que convém aos mortais pensar como mortais".⁴⁶

Devemos notar também, que o fato de termos as mesmas evidências em mãos, não nos conduzem necessariamente ao mesmo ponto; os nossos pressupostos, explícitos ou não, têm papel relevante em nossas escolhas, mesmo que os neguemos... em nome de outros pressupostos que amiúde estão na parte imersa do "iceberg". Jacob Burckhardt (1818-1897) – um dos maiores historiadores do século XIX –, referindo-se à sua obra magna sobre o Renascimento (1855), admitiu que: "...os mesmos estudos realizados para este trabalho poderiam, nas mãos de outrem, facilmente experimentar não apenas utilização e tratamento totalmente distintos, como também ensejar conclusões substancialmente diversas".⁴⁷

Isto não significa que a História seja simplesmente "subjetiva", antes, o que devemos ter sempre diante de nós, é que a nossa interpretação não é "absoluta", ainda que possa ser "objetiva"; "as verdades parciais, fragmentárias, não são erros; constituem verdades objetivas, se bem que incompletas". Portanto, nem por isso, aquilo que fazemos hoje como historiador é sem valor. É mediante a junção, comparação e superação das interpretações que podemos cada vez mais ter uma visão mais abrangente dos fenômenos históricos, ou melhor: dos acontecimentos e,

⁴⁴ Edward H. Carr, *O que é história?*, p. 65. O conceito de "fato" em termos diferentes seria o mesmo de "acontecimento"; só há "acontecimento" se o mesmo for percebido por alguém. (Cf. Jean-Baptiste Duroselle, *Todo Império Perecerá*, Brasília, DF/São Paulo: Editora Universidade de Brasília/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: 2000, p. 19). "Não há história sem acontecimentos. A história trata de acontecimentos" (Jean-Baptiste Duroselle, *Todo Império Perecerá*, p. 20).

⁴⁵ Peter Burke, revisando seu livro trinta anos depois, diz: "Em essência, contudo, sou o mesmo autor (apesar dos cabelos brancos e da crescente cautela, senão prudência), e este é o mesmo livro" (Peter Burke, *O Renascimento Italiano: cultura e sociedade na Itália*, São Paulo: Nova Alexandria, 1999, p. 19). Marc Bloch (1886-1944) em suas anotações inacabadas, reflete: "Quanto a isso, o que me importa a decisão retardatária de um historiador? Apenas lhe pedimos que não se deixe hipnotizar por sua própria escolha a ponto de não mais conceber que uma outra, outrora, tenha sido possível. A lição do desenvolvimento intelectual da humanidade é no entanto clara: as ciências sempre se mostram mais fecundas e, por conseguinte, muito mais proveitosas, enfim, para a prática, na medida em que abandonam mais deliberadamente o velho antropocentrismo do bem e do mal" [Marc Bloch, *Apologia da História, ou, O Ofício de Historiador*, p. 127].

⁴⁶ H.I. Marrou, *Do Conhecimento Histórico*, p. 51. Vd. Adam Schaff, *História e Verdade*, p. 284.

⁴⁷ Jacob Burckhardt, *A Cultura do Renascimento na Itália: Um Ensaio*, São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 21. Do mesmo modo Delumeau: "Identificar um caminho não implica achá-lo sempre belo, como não implica que não haja outro possível" (Jean Delumeau, *A Civilização do Renascimento*, Lisboa: Editorial Estampa, 1984, Vol. I, p. 21).

também, contribuímos numa esteira infundável para o progresso do conhecimento.⁴⁸ A figura do gigante usada para referir-se à ciência,⁴⁹ também pode ser utilizada aqui: todo historiador equivale a um anão sobre os ombros de gigantes, se valendo das contribuições de seus predecessores, a fim de poder enxergar um pouco além deles.

No entanto, não deixa de ser pertinente a recomendação de Hegel (1770-1831) aos seus alunos de filosofia (1816): "As fontes da história da filosofia não são os historiadores, mas os próprios fatos a nós presentes, ou sejam as obras dos filósofos; são estas as verdadeiras e próprias fontes, e quem quiser estudar a sério a história da filosofia deve remontar a elas".⁵⁰

3. Os Pressupostos e o Método:

Qual é a matriz de nosso pensamento? Queiramos ou não, gostemos ou não, temos matrizes que conferem determinado sentido à realidade, por ela ser percebida como tal. A nossa forma de aproximação do objeto já indica onde estamos. Recentemente, vi parte de um filme no qual o criminoso foi fotografado enquanto assassinava sua vítima. Quando o fotógrafo o procurou com a foto, o assassino disse para ele em qual prédio e andar ele estava no momento do clique; isto apenas pelo ângulo da foto. Digamos assim: vemos o que vemos e como vemos pelo andar e janela

⁴⁸ O próprio Burke, passando em revista a contribuição da *Escola de Annales*, resume: "Da minha perspectiva, a mais importante contribuição do grupo de *Annales*, incluindo-se as três gerações, foi expandir o campo da história por diversas áreas. O grupo ampliou o território da história, abrangendo áreas inesperadas do comportamento humano e a grupos sociais negligenciados pelos historiadores tradicionais. Essas extensões do território histórico estão vinculadas à descoberta de novas fontes e ao desenvolvimento de novos métodos para explorá-las. Estão também associadas à colaboração com outras ciências, ligadas ao estudo da humanidade, da geografia à lingüística, da economia à psicologia. Essa colaboração interdisciplinar manteve-se por mais de sessenta anos, um fenômeno sem precedentes na história das ciências sociais. (...) A historiografia jamais será a mesma" (Peter Burke, *A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales, 1929-1989*, São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991, p. 126-127).

⁴⁹ Analogia feita primariamente por João de Salisbury (c. 1110-1180) (Cf. N. Abbagnano & A. Visalberghi, *Historia de la Pedagogía*, Novena reimpression, México: Fondo de Cultura Económica, 1990, p. 203). Parece que esta figura também foi empregada por outro teólogo medieval, "que morreu quase 300 anos antes de Lutero nascer....", Pedro de Blois. (Cf. Timothy George, *Teologia dos Reformadores*, São Paulo: Vida Nova, 1994, p. 23). Newton mais tarde (05/02/1676) em carta Robert Hooke, supostamente referindo-se a Kepler (1571-1630), Galileu (1564-1643) e Descartes (1596-1650), entre outros, também faria uso desta analogia. (Vd. N. Abbagnano & A. Visalberghi, *Historia de la Pedagogía*, p. 280; Stephen Hawking, *Os Gênios da Ciência: Sobre os ombros do Gigante: as mais importantes idéias e descobertas da física e da astronomia*, Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 2005, p. XI, 441).

⁵⁰ G.W.F. Hegel, *Introdução à História da Filosofia*, 3ª ed. Coimbra: Arménio Amado-Editor, Sucesor, 1974, p. 166. Por outro lado, Hegel sabia da impossibilidade de praticar isso ao pé da letra: "É certo que, por serem muito numerosas, não se pode seguir este único caminho; para muitos filósofos é inevitável termo-nos de servir de outros escritores, e, para alguns períodos, as obras fundamentais dos quais nos não chegaram, por exemplo, para a mais antiga filosofia grega, forçoso é recorrer a historiadores e a outros escritores...." (*Ibidem.*, p. 167).

na qual nos encontramos. A partir daí, podemos até dizer em que tipo de construção intelectual estamos abrigados.

Como sabemos, todos trabalham com os seus pressupostos, explícitos ou não, consistentes ou não, plenamente conscientes deles ou apenas parcialmente.⁵¹ Os pressupostos se constituem na janela (quadro de referência) por meio da qual vejo a realidade; o difícil é identificar a nossa janela, ainda que sem ela nada enxerguemos.⁵² Assim, falar sobre a nossa cosmovisão,⁵³ além de ser difícil verbalizá-la, é paradoxalmente desnecessário. Parece que há um pacto involuntário de silêncio o qual aponta para um suposto conhecimento comum: todos sabemos a nossa cosmovisão. Deste modo, só falamos, se falamos e quando falamos de nossa cosmovisão, é para os outros, os estranhos, não iniciados em nossa forma de pensar. Sire resume bem isso: “Uma cosmovisão é composta de um conjunto de pressuposições básicas, mais ou menos consistentes umas com as outras, mais ou menos verdadeiras. Em geral, não costumam ser questionadas por nós mesmos, raramente ou nunca são mencionadas por nossos amigos, e são apenas lembradas quando somos desafiados por um estrangeiro de outro universo ideológico”.⁵⁴

Deste modo, o historiador trabalhará sempre com os seus pressupostos; todavia, ele deverá esforçar-se para que eles não interfiram na evidência dos “fatos”, a fim de não sacrificar a “verdade” por sua paixão, que as evidências, por sua clareza, revelam ser equivocada.⁵⁵ Dentro desta linha de raciocínio, escreveu o filósofo Johannes Hirschberger:

⁵¹ “Todas as pessoas têm seus pressupostos, e elas vão viver de modo mais coerente possível com estes pressupostos, mas até do que elas mesmas possam se dar conta. Por pressupostos entendemos a estrutura básica de como a pessoa encara a vida, a sua cosmovisão básica, o filtro através do qual ela enxerga o mundo. Os pressupostos apóiam-se naquilo que a pessoa considera verdade acerca do que existe. Os pressupostos das pessoas funcionam como um filtro, pelo qual passa tudo o que elas lançam ao mundo exterior. Os seus pressupostos fornecem ainda a base para seus valores e, em consequência disto, a base para suas decisões” (Francis A. Schaeffer, *Como Viveremos?*, São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2003, p. 11).

⁵² “Seria atenuar os fatos dizer que a cosmovisão ou visão de mundo é um tópico importante. Diria que compreender como são formadas as cosmovisões e como guiam os limitam o pensamento é o passo essencial para entender tudo o mais. Compreender isso é algo como tentar ver o cristalino do próprio olho. Em geral, não vemos nossa própria cosmovisão, mas vemos tudo olhando por ela. Em outras palavras, é a janela pela qual percebemos o mundo e determinamos, quase sempre subconscientemente, o que é real e importante, ou irreal e sem importância” (Phillip E. Johnson no Prefácio à obra de Nancy Pearcey, *A Verdade Absoluta: Libertando o Cristianismo de Seu Cativo Cultural*, Rio de Janeiro: Casa Publicadora das Assembléias de Deus, 2006, p. 11).

⁵³ “Em essência, é um conjunto de pressuposições (hipóteses que podem ser verdadeiras, parcialmente verdadeiras ou inteiramente falsas) que sustentamos (consciente ou inconscientemente, consistente ou inconsistentemente) sobre a formação básica do nosso mundo” (James W. Sire, *O Universo ao Lado*, São Paulo: Hagnos, 2004, p. 21).

⁵⁴ James W. Sire, *O Universo ao Lado*, São Paulo: Hagnos, 2004, p. 21-22.

⁵⁵ O historiador batista Muirhead, coloca a questão nestes termos: “Imparcialmente deve proceder o historiador na investigação dos fatos. Achar a verdade e escupi-la em relevo, eis o alvo” [H.H. Muirhead, *O Cristianismo Através dos Séculos*, Rio de Janeiro: (?) Typ. C.A.B., 1921 (?), Vol. I, p. 6].

"Uma absoluta ausência de preconceitos nunca houve nem jamais haverá, porque todo cultor das ciências do espírito é filho de seu tempo, sem poder ultrapassar sua própria capacidade; e, em particular, haverá sempre de julgar em dependência dos valores e cosmovisões mais recentes, do que talvez jamais tenha suficiente consciência.⁵⁶ Disto não se conclui que devemos renunciar de todo à imparcialidade. Ao contrário, devemos antes nos propor o ideal da objetividade, é claro, inatingível como todo ideal, mas que devemos trazer sempre diante dos olhos, sempre pronto a mantê-los no ensino ou na discussão e buscá-lo constantemente, numa tarefa ininterrupta".⁵⁷

Outro ponto que desejo mencionar, é a questão do método. Descartes (1596-1650) observou corretamente que "não é suficiente ter o espírito bom, o principal é aplicá-lo bem".⁵⁸ A prova de bom senso é usar um método sensato, condizente com o assunto que estamos tratando.

O irônico de tudo isto – se não for trágico –, é que provavelmente sem perceber, o historiador já se tornou prisioneiro de sua perspectiva e apenas, queira compartilhar conosco daquilo que o enfeitiçou em nome da razão e das evidências⁵⁹... Para isto ele dispõe da linguagem como meio de comunicação e persuasão, refletindo a organização do seu pensamento, e o desejo de também nos "enfeitiçar".⁶⁰ "Persuadir",

⁵⁶ O grande historiador alemão Johann Lorenz von Mosheim (c. 1693-1755), considerado o "pai da historiografia da igreja", no século XVIII, escreveu em sua monumental obra de 4 volumes, *Institutes of Ecclesiastical history, ancient and modern*, que:

"O tempo em que nós vivemos normalmente tem tanta influência sobre nós que medimos as eras passadas por ele, pensando que anteriormente o que deveria ser feito ou deveria ser impossível é o que hoje está feito ou é impossível. Em seguida as pessoas cujo testemunho deve-se usar, especialmente aquelas que têm sido conhecidas ao longo dos anos por sua santidade e virtude, freqüentemente nos levam ao erro por sua autoridade. Por último, o amor à opinião e doutrinas que gozam de nossa afeição freqüentemente constrange nossas mentes, e mesmo inconscientemente podemos ter visões errôneas dos fatos. Essa servidão tripla deve, portanto, com toda as nossas forças, ser arrancada de nossas mentes" [Johann Lorenz von Mosheim, *Institutes of Ecclesiastical history, ancient and modern*, Londres: Longman & Co., 1841, Vol. 1, p. 20-21 *Apud* Wilson Santana Silva, *Memórias de uma Ausência: História da Igreja – Disciplina ausente nos Manuais de História do Brasil In: Fides Reformata*, São Paulo: Centro Presbiteriano de Pós-Graduação Andrew Jumper, 10/2 (2005): 89-114, p. 99].

⁵⁷ Johannes Hirschberger, *História da Filosofia na Antigüidade*, 2ª ed. São Paulo: Herder, 1969, p. 20. (Vd. K. S. Latourette, *Historia del Cristianismo*, 4ª ed. Buenos Aires: Casa Bautista de Publicaciones, 1978, Vol. I, p. 19-20).

⁵⁸ René Descartes, *Discurso do Método*, São Paulo: Abril Cultural, (Os Pensadores, XVI), 1973, I, p.

37.

⁵⁹ "É notavelmente difícil evitar cair sob o feitiço de nossa própria herança intelectual" (Quentin Skinner, *Liberdade antes do Liberalismo*, São Paulo: Editora UNESP/Cambridge, 1999, p. 93).

⁶⁰ "A Filosofia é uma luta contra o enfeitiçamento do nosso entendimento pelos meios da nossa linguagem" [L. Wittgenstein, *Investigações Filosóficas*, São Paulo: Abril Cultural, 1975. (Os Pensadores, XLVI), p. 58]. Do mesmo modo, diz Skinner: "A história da filosofia, e talvez especi-

"formar as nossas almas"? Não importa... em nome da liberdade de pensamento, sempre pretendemos ter os nossos "cativos", nos apoderar da "imaginação do povo"⁶¹ ou de nossos leitores. Por sua vez, o historiador, como obviamente não consegue ter "todas as visões", torna-se, de certo modo, cativo de sua perspectiva.⁶² em outros termos: prisioneiro de sua percepção.

O historiador, como o nome já diz, é aquele que julga, e no seu julgamento encontramos a elaboração da história,⁶³ cuja matéria-prima é o passado,⁶⁴ ou "um certo passado", "um fragmento do passado",⁶⁵ cabendo ao historiador analisar o seu sentido, mudança e transformações.⁶⁶ Nesta elaboração o seu juízo deve ter como compromisso fundamental, a não gratuidade. No entanto, o juiz da história, não será o historiador nem o povo que a lê, mas a própria história por meio das consequências dos atos daqueles que a fizeram. O valor de um ato histórico está na mesma proporção de seus efeitos. Em outros termos e, com aspectos complementares, tomo emprestada a conceituação de Morgenthau: "A prova pela qual tal teoria deve ser julgada tem de caracterizar-se por uma natureza empírica e pragmática, e não apriorística e abstrata".⁶⁷

almente da filosofia moral, social e política, está aí para nos impedir de sermos muito facilmente enfeitiçados" (Quentin Skinner, *Liberdade antes do Liberalismo*, p. 93).

⁶¹ José Murilo de Carvalho, *A Formação das Almas: O Imaginário da República no Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 11.

⁶² Bem depois dessas conclusões, li por intermédio de Peter Burke, que Fernand Braudel (1902-1985) gosta de afirmar que o historiador é prisioneiro de suas suposições e mentalidades. (Peter Burke, *O Renascimento Italiano: cultura e sociedade na Itália*, p. 11).

⁶³ Veja-se a comparação feita por Ginzburg entre o juiz e o historiador. Carlo Ginzburg, *Relações de Força: história, retórica, prova*, São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 62-63.

⁶⁴ Depois de haver redigido estas linhas, li em Toynbee (1889-1975) o seguinte: "Como não vemos o futuro até que ele chegue a nós, temos que nos voltar para o passado a fim de esclarecê-lo. Nossa experiência do passado dá-nos a única luz a que temos acesso para iluminar o futuro. A experiência é outro nome para história. Quando falamos de 'história', normalmente pensamos na experiência coletiva da raça humana; mas a experiência individual que cada um de nós reúne numa única existência é história igualmente legítima. Na vida privada, como na pública, a experiência é altamente apreciada – e com razão, porque geralmente se reconhece que a experiência auxilia nosso julgamento e assim nos permite fazer escolhas mais sábias e tomar decisões melhores. Em todas as épocas – tanto boas quanto más – naturalmente temos de planejar para o futuro na administração dos nossos futuros humanos. Planejamos para o futuro com a intenção de controlá-lo e moldá-lo para preencher nossas finalidades na medida do possível. Essa tentativa consciente para controlar e modelar o futuro parece ser uma atividade caracteristicamente humana. É um dos traços que nos distingue das outras criaturas com as quais partilhamos nosso lar neste planeta. Não podemos planejar sem olhar para a frente, e não podemos olhar para a frente exceto na medida em que a luz da experiência nos ilumina o futuro" (Arnold J. Toynbee, *O Desafio do Nosso Tempo*, 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975, p. 13-14). Com esta citação, não estamos endossando a perspectiva cíclica da História, conforme a que defende o autor.

⁶⁵ Cf. Johan Huizinga, *El Concepto de la Historia y Otros Ensayos*, p. 91.

⁶⁶ Cf. Eric Hobsbawm, *Sobre História*, São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 22.

⁶⁷ Hans J. Morgenthau, *A Política Entre as Nações: a luta pelo poder e pela paz*, Brasília, DF/São Paulo: Editora Universidade de Brasília/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais, 2003, p. 3.

Parece-nos, portanto, pertinente a definição do historiador Cairns, quando diz ser a história “a reconstrução subjetiva do passado, à luz dos dados colhidos, dos pressupostos do historiador e do ‘clima da opinião’ do seu tempo, além do elemento da liberdade da vontade humana”.⁶⁸

Resumindo, podemos dizer que cinco elementos são fundamentais para o estudo da História: 1) Documentação fidedigna; 2) As versões; 3) Método correto de verificação, análise e interpretação dos documentos;⁶⁹ 4) A procura constante da imparcialidade⁷⁰ na análise dos fatos e na elaboração das conclusões. Em outras palavras: a busca da verdade jamais deve ser abandonada pelo historiador;⁷¹ 5) A consciência de que, apesar de nossa seriedade, o nosso trabalho é limitado; portanto, devemos ter sempre em mente que: a nossa perspectiva não é a única “correta” nem a definitiva; as nossas conclusões são passíveis de questionamentos. Em suma, a história precisará sempre ser reescrita, se não necessariamente para corrigi-la, pelo menos para ampliar os seus elementos – por meio de novos documentos e de novas leituras –, apresentando uma visão mais abrangente e profunda da realidade.

Quanto à suposta dificuldade própria da proximidade do objeto, mudando o que deve ser mudado, devemos nos lembrar da observação de Claude Rivière: “Pertencer a uma cultura estudada não é nem uma desvantagem nem uma necessidade para o antropólogo, o importante é possuir a bagagem teórica e metodológica que lhe permita uma distanciação científica...”.⁷² Pergunto: seria isso suficiente? Sem dúvida é necessário, contudo, é suficiente? Acredito que Rivière está correto em sua teoria, contudo, entusiasma-se demais com o canto da sereia da objetividade científica, da “distanciação científica”. Creio que somada à observação de Rivière, devemos atentar – como uma espécie de pequena dose de ceticismo –, ao que afirmou Briggs: “Quanto mais próximos se encontram os historiadores sociais da sua própria época, mais difícil se torna para eles terem a certeza de que compreenderam os aspectos essenciais dela”.⁷³

O filósofo N. Abbagnano (1901-1990) observa com propriedade, que:

⁶⁸ Earle E. Cairns, *O Cristianismo Através dos Séculos: Uma História da Igreja Cristã*, São Paulo: Vida Nova, 1984, p. 14. Em outro trabalho, Cairns assim define: “História.... pode ser definida como a reconstrução literal interpretada do passado humano socialmente significativa, baseada em dados provenientes de documentos estudados por intermédio de métodos científicos” (Earle E. Cairns, *God and Man in Time: A Christian Approach to Historiography*, Grand Rapids, Michigan: Baker, 1979, p. 15).

⁶⁹ É bastante instrutiva a descrição que Tucídides faz de sua metodologia: Tucídides, *História da Guerra do Peloponeso*, Brasília, DF.: Editora Universidade de Brasília, 1982, Livro I, Caps. 20-22.

⁷⁰ Vd. Adam Schaff, *História e Verdade*, p. 282-283.

⁷¹ “Também [juntamente com Arnaldo Momigliano] eu sustento que encontrar a verdade é ainda o objetivo fundamental de quem quer que se dedique à pesquisa, inclusive os historiadores” (Carlo Ginzburg, *Relações de Força: história, retórica, prova*, São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 61).

⁷² Claude Rivière, *Introdução à Antropologia*, Lisboa: Edições 70, (2000), p. 13.

⁷³ Asa Briggs, *História Social de Inglaterra*, Lisboa: Editorial Presença, 1998, p. 301.

"Cada época vive de uma tradição e de uma herança cultural das quais fazem parte os valores fundamentais que inspiram as suas atitudes. Esta tradição, porém, especialmente nas épocas de transição e renovação, nunca consiste em herança passiva ou automaticamente transmitida, mas sim na escolha de uma herança".⁷⁴

Se isto é válido para o Humanismo, contexto do qual trata o autor do pensamento acima, o é também, para o Iluminismo; os iluministas herdaram por opção o pensamento filosófico do Humanismo Renascentista, com as contribuições racionalistas subseqüentes, encarnando alguns de seus valores, adaptando-os às suas necessidades, conforme a sua perspectiva do mundo e da história. Contudo, devemos observar, que se esta herança não é "passiva", envolvendo sempre uma "escolha", ela traz em seu bojo, no mínimo uma "pitada" de determinação histórica, isto porque o homem em suas escolhas – por mais livres que sejam –, traz em si um condicionante de sua época, quer tenha consciência disso, quer não. O rompimento com um tipo de pensamento é feito à luz da própria história que nos cerca; tentar negar isto, equivale a subverter o sentido de nossa própria historicidade. "Desligar-se da História é sinônimo de cortar o nosso vínculo arterial com a humanidade"⁷⁵ e, conseqüentemente, fechar a porta que dá acesso à possibilidade de sua compreensão.

Lendo Graziano Ripanti interpretando o pensamento do filósofo Hans G. Gadamer (1900-2002), encontrei esta observação: "Pertencer à história significa estar inserido no interior de uma tradição, uma língua, uma cultura, no interior de um devir histórico que já determina originariamente as suas pré-compreensões".⁷⁶

Tornando ao nosso assunto, acentuo que, anos após chegar a essa conclusão – a respeito do Iluminismo –, li o filósofo alemão Ernst Cassirer (1874-1945), que emitiu o seu parecer da seguinte forma:

"A época das Luzes permaneceu, no tocante ao conteúdo de seu pensamento, muito dependente dos séculos precedentes. Apropriou-se da herança desses séculos e ordenou, examinou, sistematizou, desenvolveu e esclareceu muito mais do que, na verdade, contribuiu com idéias originais e sua demonstração (...). Nem por isso deixou de instituir uma forma de pensamento filosófico perfeitamente nova e original".⁷⁷

Maringá, 24 de dezembro de 2009.
Rev. Hermisten Maia Pereira da Costa

⁷⁴Nicola Abbagnano, *História da Filosofia*, 3ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 1984, Vol. 5, p. 14.

⁷⁵Rollo May, *Psicologia e Dilema Humano*, 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1977, p. 63.

⁷⁶Graziano Ripanti, Hans Georg Gadamer: A Alteridade da Hermenêutica Teológica. In: Giorgi Penzo & Rosino Gibellini, orgs. *Deus na filosofia do Século XX*, São Paulo: Loyola, 1998, p. 376.

⁷⁷Ernst Cassirer, *A Filosofia do Iluminismo*, Campinas, SP.: Editora da UNICAMP., 1992, p. 9.